



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

A ECONOMIA BRASILEIRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO MINEIRO À LUZ DE SUA FORMAÇÃO ECONÔMICA

Autores:

Tomás de Faria Balbino - Universidade Federal de Minas Gerais - tomasbalbino09@gmail.com

Francisca Diana Ferreira Viana - Universidade Federal de Ouro Preto - 0

Mariangela Furlan Antigo - Universidade Federal de Minas Gerais - maantigo@gmail.com

Resumo:

A partir das visões postas por autores como Myrdal, Hirschman e Furtado, é possível analisar como o processo de formação econômica e social do estado de Minas Gerais configurou inúmeras desigualdades em seu tecido regional. A partir de um arcabouço teórico e histórico de seu processo de formação, o trabalho procurou sinalizar os momentos e os espaços em que a ação concentradora do capital esteve presente, gerando regiões desenvolvidas em detrimento de regiões com pouco dinamismo econômico e extrema pobreza. Percebe-se que, devido ao modo no qual se desenvolveu as atividades econômicas no estado, algumas regiões se tornaram mais atraentes ao capital durante todo período de formação até o tempo presente, enquanto outras foram esquecidas tanto pelo investimento privado quanto pelas políticas públicas. Políticas sociais e regionais foram instituídas em prol de regiões deprimidas na última década, contudo, como mostra o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (FJP), não foram suficientes para modificar a desigualdade regional do estado.

A ECONOMIA BRASILEIRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO MINEIRO À LUZ DE SUA FORMAÇÃO ECONÔMICA¹

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre o desenvolvimento de uma região requer considerar inúmeros aspectos que venham a determinar e catalisar esse processo, pois, ao lidar com tal conceito não se pode limitá-lo, exclusivamente, as nuances econômicas, que são apenas uma das faces deste complexo sistema. Sendo assim, a incorporação do social e do regional dentro de qualquer análise que se debruce sobre o entendimento do desenvolvimento faz-se necessário.

Como consequência do processo de formação do espaço, as desigualdades socioeconômicas entre regiões é foco de diversos estudos que procuram compreender e alimentar a discussão acerca do problema. O que se percebe é que a ausência de políticas públicas voltadas para a orientação das atividades econômicas entre regiões, gerou inúmeras disparidades em territórios subdesenvolvidos. A dinâmica capitalista estimula a concentração dessas atividades em algumas regiões, atraindo fatores de produção como mão de obra e capital para o local (MYRDAL, 1957, HIRSCHMAN, 1977).

Esse processo resulta em regiões desenvolvidas, com maior disponibilidade de fatores e com forte dinamismo econômico, mas, também, na formação de regiões pobres, marcadas pela miséria, pela escassez de recursos, pelo fornecimento de mão de obra para outros locais e pela pouca atração de investimentos, que em função disso, adotam uma posição marginalizada dentro do âmbito desenvolvimentista. Tais regiões, quando não são acompanhadas por ações do Estado que as permitam passar um processo de desenvolvimento, tendem a ficar em uma situação ainda mais vulnerável. Segundo alguns autores (NURSKE, 1957, MYRDAL, 1957), existe um *círculo vicioso* na dinâmica capitalista que faz com que as regiões pobres continuem pobres, e, somente a intervenção pública tende a quebrar esse ciclo.

¹ Este estudo contou com o apoio financeiro da Fapemig (Edital 02/2016 - Programa Pesquisador Mineiro - PPM X, Processo PPM-00658-16)

Assim, os estudos que buscaram tratar a questão regional presente em territórios díspares, salientaram a necessidade de políticas públicas que viabilizassem e incentivassem a dinâmica produtiva em regiões com pouco dinamismo econômico (NORTH,1977; HIRSCHMAN,1977; MYRDAL,1957, FURTADO,1977). Uma característica desses estudos que facilita não só o entendimento das desigualdades regionais, mas também um meio para tratá-las, está na consideração das escalas regionais na diferenciação de territórios e políticas a serem aplicadas, o que permite observar as características particulares de cada região.

No que tange à economia brasileira, a heterogeneidade que a caracteriza em qualquer dos aspectos supracitados torna a análise da questão regional ainda mais complexa. As cinco regiões que ora formam o tecido regional nacional (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) possuem idiosincrasias que resultam em expressivas assimetrias no que concerne ao socioeconômico, principalmente. Contudo, pode-se dizer que estas assimetrias entre as regiões estariam na superfície deste tecido, pois, uma análise mais detida, conclui facilmente que as desigualdades se capilarizaram dentro das regiões, e de forma microscópica, dentro dos estados que compõem estas regiões.

Tomando como referência o nível estadual, pode-se dizer que o estado de Minas Gerais representa, com sucesso, todos os diferenciais que estruturam o Brasil. Atentando-se ao socioeconômico, é possível identificar regiões com maior grau de desenvolvimento (Sul e Sudoeste) em detrimento de regiões com menor grau de desenvolvimento (Vale do Jequitinhonha e Mucuri). Em resumo, Minas Gerais é um retrato do Brasil.

Todavia, ainda que se tenha algumas regiões dentro do estado que apresentam um nível de desenvolvimento considerável em comparação às menos desenvolvidas (ou mais pobres), todas elas, assim como as demais regiões do Brasil, tiveram sua formação pautada na monocultura (especialização produtiva), no latifúndio e no trabalho escravo. E os perfis socioeconômicos assimétricos têm suas origens na dinâmica oriunda dos ciclos produtivos associados às escolhas de políticas econômicas (as taxas de câmbio diferenciadas, que sustentaram o Programa de Substituição de Importações, por exemplo). Percebe-se, portanto, que as escolhas de política macroeconômica, associadas à formação estrutural da economia brasileira (monocultura, latifúndio e trabalho escravo) potencializaram as assimetrias que passaram o tempo.

Com isso, faz-se necessário discutir os caminhos a serem trilhados rumo à redução destas assimetrias no Brasil, nas suas regiões e nos seus estados (tal como ocorre em Minas Gerais). Supõe-se, contudo, que este é um propósito que as abordagens teóricas ortodoxas não conseguiram abarcar por

desconsiderarem a dinâmica regional, o papel não-passível do território, e as escalas de atuação. Recorre-se então às abordagens teóricas que considerem aspectos múltiplos do desenvolvimento, tal como propõem, por exemplo, Celso Furtado (1977), Gunnar Myrdal (1957), Albert Hirschman (1977), para, dessa forma, orientar um processo de desenvolvimento que tenha em vista as causas e as consequências do processo de formação de um dado espaço. Pode-se dizer que as visões teóricas de desenvolvimento propostas por estes estudiosos fundamentam o entendimento de que o sistema do qual a economia é uma parte determinante e determinada é complexo.

O problema das desigualdades regionais, da concentração econômica regional, geram impactos substancialmente elevado sobre os indicadores socioeconômicos. Desse modo, o presente trabalho teve a pretensão de verificar as consequências de um desenvolvimento segmentado, tendo como referência o estado de Minas Gerais. Para tal, analisou-se a distribuição espacial dos diferentes níveis do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) com o objetivo de demonstrar a relação entre desigualdades socioeconômicas do estado e seu processo de formação.

Esse índice foi criado pela Fundação João Pinheiro com intuito de operacionalizar o conceito de responsabilidade social, retratando o grau de desenvolvimento dos municípios. O IMRS se estrutura em um formato multidimensional, sendo uma média ponderada de dez dimensões: saúde, educação, segurança pública, assistência social, meio ambiente, saneamento/habitação, cultura, esporte/turismo/lazer, renda/emprego, e finanças municipais, no qual são compostas por 59 indicadores, que segundo a instituição são os que melhores retratam o conceito de responsabilidade social.

Por fim, acredita-se que trabalhos desta natureza contribuem para a compreensão das estruturas desiguais presentes em alguns espaços. É importante abarcar o modo pelo qual as disparidades regionais foram formadas, reconhecendo vias que poderiam evitar ou amenizar os problemas gerados pela concentração regional econômica. No caso do estado de Minas Gerais, as propostas de desenvolvimento pautadas na escala regional e nas populações pobres, tiveram sua necessidade evidenciada quando em 2015 a economia mineira passou por um dos maiores desastres socioambiental que se tem notícias, que foi o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana. Assim, considerar as características de regiões e populações periféricas se mostra necessário na discussão acerca do desenvolvimento, tendo, portanto, um reconhecimento maior daqueles que no momento mais necessitam dos benefícios gerados pelos avanços econômicos e estruturais de um território.

2. MINAS GERAIS: UM RESGATE HISTÓRICO

2.1 Formação e Características

Os estudos referentes ao estado de Minas Gerais, em suas diversas produções, enfatizam a questão regional presente no estado, que é caracterizado por uma grande heterogeneidade entre suas regiões; temos no estado um sul, um centro e um norte bem definidos e distintos em suas características. Isso faz de Minas Gerais uma representação do Brasil, devido à diversidade presente em seu território, nos aspectos geográficos (clima, vegetação, relevo e hidrografia), nas questões políticas, sociais, e na sua formação econômica e regional, como será visto no presente trabalho.

A questão regional mineira se deu em cima de processos bem específicos de cada região, onde as atividades econômicas e as políticas públicas foram fundamentais para o desenvolvimento dos espaços territoriais, caracterizando sua formação econômica como um processo díspar, que implicou diferentes níveis de desigualdade e pobreza nas regiões componentes do estado. Como consequência dessa formação, é possível reconhecer as desigualdades regionais de Minas através de diversos indicadores que elucidam essa realidade, como: PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Índice Mineiro de Responsabilidade Social (FJP), níveis de educação, saúde básica, saneamento básico de água e esgoto, entre outros. Celso Furtado analisa isso como um problema do subdesenvolvimento, devido às desigualdades nos ritmos de desenvolvimento entre os espaços sub-regionais do país, e, conseqüentemente, de Minas Gerais (DINIZ, 2009. p.235).

A análise referente ao desenvolvimento regional de Minas Gerais passa por diversas ciências e campos de conhecimento, sendo necessária uma interpretação cuidadosa daquilo que está presente na história do estado. Na concepção de Furtado, a análise do processo histórico de formação da economia brasileira parte de uma visão ampla, procurando captar a cadeia de causalidades nesse processo de desenvolvimento (DINIZ, 2009 p.236), e, de maneira semelhante, Minas Gerais se sujeita a essa análise. O enfoque histórico do presente trabalho busca retratar os momentos de transição da economia mineira nos diferentes períodos analisados, e a forma no qual as atividades econômicas influenciaram no processo de desenvolvimento das regiões do estado, contemplando em períodos diferentes, atividades diferentes, exercidas em regiões diferentes, que estão associada ao crescimento da economia e às mudanças na dinâmica regional e social de cada região do estado.

Com ênfase na estrutura da atividade produtiva e no impacto da geografia regional durante os períodos observados, o objetivo desse resgate histórico não é introduzir com total exatidão a situação do estado em todos os períodos abordados, nem somente avaliar a efetividade de ações políticas ou possíveis

aplicações teóricas no decorrer deste processo, mas sim demonstrar, de uma maneira geral, como o processo de desenvolvimento regional de Minas sempre se estruturou em um processo desigual e concentrado.

Ainda que analisar a história total seja uma tarefa impossível, esse tipo de análise se faz importante para que não haja o risco de cometer erros anacrônicos no decorrer do trabalho, além de ser necessário achar uma linha tênue que permita não cair em um reducionismo, para que não seja danoso à compreensão de um tempo e um lugar (CUNHA *et al*, 2005, p.7), principalmente pelo fato do estado de Minas Gerais apresentar uma extensa e complexa história. Segundo Cunha *et al* (2005, p.6), o recorte e a análise regional envolve questões de diversidade, de dinâmica histórica, e de instabilidade das experiências concretas, podendo, assim, observar profundas ligações entre história e região, entre história e espaço e entre tempo e espaço. Assim sendo, a análise histórica possibilita uma interpretação de diferentes características que fizeram parte do processo de formação e desenvolvimento do estado de Minas Gerais, como questões econômicas, geográficas e sociais.

As assimetrias sociais entre as regiões mineiras, estão atreladas ao processo de formação de seu espaço, sendo esse processo atrelado ao processo de crescimento e desenvolvimento do Brasil, visto que, as atividades econômicas de Minas Gerais foram por séculos as principais atividades da estrutura produtiva nacional. Foi no século XVIII que as primeiras manifestações públicas de uma consciência política nacional tomaram formas no estado, em um momento em que o Brasil assumia a figura que nos é familiar, através do mapa traçado pela diplomacia de D. João V (TORRES, 1962, p.20). Entre os séculos XVIII e XX, a mineração e, posteriormente, a produção cafeeira foram os carros chefes da economia brasileira, concentrando quase toda produção interna do país nessas atividades, ao tempo que Minas Gerais possuía a maior extração de ouro e depois uma das maiores produções de café brasileira.

Para melhor compreender o processo de desenvolvimento das atividades econômicas no estado dentro da dimensão tempo-espaço, pode-se dividir esse processo em três grandes ciclos: o da mineração (séculos XVIII e XIX), da produção cafeeira (séculos XIX e XX) e da indústria (séculos XX e XXI). A localização espacial destes ciclos foi determinante para a observação do desenvolvimento regional em seus diferentes espaços, de forma que o ouro nas regiões montanhosas do centro, as pedras nos rios do norte e do oeste, o couro nas chapadas do norte, do centro-oeste e do sul, o café nas colinas do sul e do sudeste (Torres, 1992 p.108), o minério de ferro na região centro-leste, a agropecuária no oeste, entre outros, caracterizaram as diferentes atividades econômicas do estado, baseadas até então em matéria prima e insumos naturais de cada região, sendo, em seguida, apropriados pela modernização industrial.

2.2 Formação das regiões mineradoras

A economia escravista mineira, baseada na extração aurífera, ganhou corpo no século XVIII em um cenário em que décadas antes, para alguns autores, o fim da colônia brasileira era dado como certo, e que a única saída que Portugal compreendeu claramente como possível estava na descoberta de metais preciosos (FURTADO, 1977, p.73). No início do século, a concentração demográfica em Minas se tornou uma das maiores da colônia, a população de Piratininga (antigo nome dado ao estado de São Paulo) emigrou em massa, a mão de obra escrava dos canaviais açucareiros da região Nordeste se transfeririam para Minas, além do que, pela primeira vez em Portugal, se observou uma migração espontânea para o Brasil.

Os primeiros pontos a serem povoados foram as nucleações de Ribeirão do Carmo e Vila Rica, essa última com maior destaque. O núcleo de Vila Rica², mesmo com o crescimento de outros arraiais e vilas, permaneceu como um importante entreposto de mercadorias vindas de outras zonas do estado, outras capitanias e até mesmo da metrópole (FONSECA, 2012, p.85). Dessa forma, a Vila era responsável pela maior parte da população do estado, incluindo governantes, mineradores, artesãos e comerciantes que acompanharam o crescimento regional, dando à região das minas um povoamento já concentrado e posteriormente organizado em fortes núcleos urbanos (PRADO JÚNIOR, 1942, p.39). Partindo da concepção Lefebvrina, de que a concentração da população acompanha as dos meios de produção, nota-se que a região central do estado passou por um importante processo de desenvolvimento no século XVIII, provocando a primeira grande transformação regional de Minas, onde, parte da região entendida como central, já se organizava em termos de sociedade urbana.

Após as primeiras concentrações populacionais, outras vilas foram surgindo, diversificando a distribuição geográfica do estado. Fonseca (2012, p.83) analisa que além das vilas do Carmo e Rica, a Vila Real do Sabará também era de grande importância para a região. Em 1713 e 1714, a Vila de São João del Rei, Vila Nova da Rainha e Vila do Príncipe³ foram criadas, e posteriormente, até meados de 1720, vilas que deram origem às cidades de Tiradentes e Pitangui, também foram construídas em detrimento da mineração. Depois de um intervalo de quase 80 anos, outras vilas voltaram a surgir no estado, algumas em decorrência do Caminho Novo⁴ que se tornou a nova rota portuguesa, e outras, devido à

² Atual cidade de Ouro Preto, que posteriormente se tornaria capital do estado.

³ Atuais cidades de São João Del Rey, Caeté e Serro

⁴ Rota que ligava o porto do Rio de Janeiro ao Sertão de Minas, concluído em 1700 pelo bandeirante Garcia Rodrigues Paes

desconcentração das vilas centrais com a queda da produção aurífera, que em meados do século XVIII estagnou a economia mineira.

No fim do período colonial, a rede urbana mineira compunha-se de centenas de arraiais, quinze vilas e uma cidade: Mariana - antiga Vila do Carmo, que ao se tornar sede episcopal em 1745 recebeu o título de cidade (FONSECA, 2012, p.84). Após o ouro ter criado condições favoráveis para a urbanização da região e devido à forte presença portuguesa que ocasionou a necessidade de alimentos, animais de carga e couro, fortaleceu-se a integração entre as regiões mineradoras e outras partes do Brasil como São Paulo e a região Sul (DINIZ, 2009, p.236), sendo inevitável dissociar esse período histórico, do desenvolvimento regional da região extrativista mineira.

Como visto, na segunda metade do século XVIII, a produção aurífera diminuiu, fazendo com que o povoamento dos principais centros da capitania se disseminasse pelas regiões periféricas, em função das atividades agropecuárias e comerciais que ganharam grande importância com a queda do ouro, proporcionando rendas vultosas à Coroa e enriquecendo muitos comerciantes. Ao observar todo o período colonial, nota-se que a atividade econômica responsável pela maior parte das povoações mineiras não foi a mineração, mas sim a agropecuária, que chegou a estar presente em todas as regiões de Minas naquele período (FONSECA, 2012, p.85).

2.3 Produção cafeeira e nova reconfiguração regional

Além da conseqüente mudança no eixo dinâmico da economia mineira, que passava da mineração para a agropecuária, o final do século XVIII e o início do século XIX passou a ser um momento de transição entre duas organizações sociais diferentes, com mudanças políticas, econômicas e administrativas, muito em função da vinda da família real para o Rio de Janeiro. Nesse período, o estado de Minas passou a ser formado por uma composição rural, principalmente com a evasão dos grandes centros, havendo assim, uma diminuição do espaço urbano em paralelo a queda da mineração. Deu-se então uma transição populacional no estado, com crescimento em particular da região do sul de Minas que se especializou em atividades ligadas à agropecuária, tendo essa, no começo do século XIX, um incentivo maior com a chegada da família real Portuguesa, tornando-se a região Sul de Minas uma das principais responsáveis pelo seu abastecimento (CUNHA, 2009 p.66).

Em sua tese, Clotilde Paiva (1996, p.115) esboça um gráfico⁵ dividindo as regiões mineiras em três níveis de desenvolvimento no período de transição dos séculos XVIII e XIX, com base no número de

⁵ Ver em: Paiva, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX* (p.70)

viajantes estrangeiros que passaram pelas regiões do estado. As regiões Sudeste (com vigorosa atividade comercial, exportava diversos produtos agropecuários para o Rio de Janeiro), Mineradora Central Oeste (exportava ouro, pedras preciosas, tecidos e doces, e distribuía os importados vindos de lá), Diamantina (com predominância na extração de diamantes e de ouro), Intermediária de Pitangui-Tamanduá (agropecuária, principalmente suínos e tabaco), eram as regiões que apresentavam o maior nível de desenvolvimento, sendo as regiões responsáveis pelo comércio de Minas com o Rio de Janeiro.

As regiões de Araxá, Sul Central, Vale do Alto Médio São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Leste, Mata e Sudoeste, apresentavam um desenvolvimento médio, e se caracterizavam por serem extensões das atividades econômicas encontradas nas regiões com alto desenvolvimento. Por fim: Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Triângulo, Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce, eram regiões que, segundo a autora, possuíam informações deficientes, mas que era possível notar a presença da produção aurífera e da agropecuária, ainda que de forma reduzida.

As características demográficas no século XIX também estavam associadas aos níveis de desenvolvimento observados. Ainda com base nos testemunhos dos viajantes, Clotilde (1996, p.129) mostra que as regiões mais desenvolvidas estavam atreladas à mineração do século XVIII. Nesses locais foram detectados hábitos de consumo mais sofisticados, uma infraestrutura de transportes e serviços urbanos mais consolidada, e a existência de atividades mais lucrativas, com a presença de um mercado consumidor importante, devido a sua densidade demográfica mais elevada.

Já nas regiões com menor grau de desenvolvimento, observaram-se extensas áreas desocupadas, e antigos núcleos oriundos da atividade aurífera já em decadência. Nessas regiões, o consumo de importados estrangeiros era muito baixo, as infraestruturas de transporte e urbanas eram precárias, e a produção assumia uma posição secundária dentro das províncias. Já o grupo intermediário mesclava características dos dois extremos, aproximando-se das regiões com maior grau de desenvolvimento, mas ainda assim, apresentando algumas semelhanças às regiões mais pobres.

No Século XIX, após o declínio do ouro, a expansão cafeeira surgiu como principal atividade econômica do país. Nesse processo - assim como já havia ocorrido com as cidades localizadas nas regiões mineradoras do estado, outras regiões mineiras tiveram seu crescimento econômico e regional impulsionado. Assim, durante todo século XIX, a agropecuária, as indústrias têxteis e alimentícias, e, principalmente, a produção cafeeira conduziram a economia do estado. Com a concentração das atividades econômicas nessas regiões, a formação da infraestrutura urbana ganhou força, recebendo

investimentos internos e, principalmente, com os investimentos estrangeiros que passaram a ser destinados para esses locais.

Algumas regiões mineiras lideraram a produção cafeeira: a região da Zona da Mata mineira ganhou importância no cenário econômico, muito em função da sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro; e, posteriormente, as regiões do Sul Central e Sudoeste de Minas (devido à expansão da cafeicultura paulista que se difundiu e consolidou dentro de Minas Gerais) também ganharam espaço na produção, criando, assim, condições para o fortalecimento econômico das regiões.

Puxado pelo Rio de Janeiro – que se tornou o maior produtor de café do mundo ainda na primeira metade do século XIX – a região da Zona da Mata mineira iniciou seu processo de crescimento econômico via cafeicultura. Como observado antes desse período, a região apresentava um papel coadjuvante na economia mineira, sendo apenas um entreposto entre os estados de Minas e do Rio de Janeiro. A partir do Caminho Novo, a cafeicultura entrou na província mineira, sendo a atividade econômica mais atrativa naquele período, podendo utilizar recursos originados do ciclo do ouro.

Foi por meio da produção cafeeira que se delimitou a atual região da Zona da Mata, onde a princípio Juiz de Fora, Matias Barbosa, Mar de Espanha, etc., se destacaram na produção e comercialização, expandindo-se por volta dos anos 1860/1870, para as regiões norte e leste, com a chegada de ferrovias nas cidades de Muriaé, Ponte Nova, Manhuaçu, entre outros (ZIMBRÃO, 2006, p.66). Nesse momento, a região obteve um nível de desenvolvimento antes visto somente nas principais regiões mineradoras. Houve uma modernização dos transportes, com a inauguração em 1860 da Rodovia União & Indústria e a expansão da malha ferroviária, grandes melhoras na infraestrutura urbana, além da ascensão de Juiz de Fora como cidade estratégica para o estado de Minas, dado sua proximidade com a fronteira fluminense.

Já na segunda metade do século XIX, o Sul de Minas (Sul Central, Sudeste e Sudoeste) tornou-se uma das regiões mais dinâmicas do estado, muito em questão da sua condição econômica privilegiada que possibilitou grande influência política entre 1870 e 1920 (CASTILHO, 2009, p.18). A região se destacou pelo espaço socialmente construído durante o período cafeeiro, com forte investimento na mecanização das ferrovias, e da infraestrutura urbana em suas cidades, acompanhando a economia paulista agroexportadora. Além da força econômica obtida pela região, fatores políticos também impulsionaram seu crescimento regional. Segundo a análise de David Fleisher (1982), como citado por Castilho (2009 p.9), o Sul de Minas teve grande importância como base política dos presidentes de província, senadores e de deputados federais, o que lhe conferiu uma crescente importância no desenvolvimento das iniciativas governamentais.

No período de transição do século XIX para o século XX, significativas mudanças ocorreram no estado, como a fundação da república e a construção da nova capital, Belo Horizonte, que por motivos estratégicos foi construída na região central com intuito de dinamizar as regiões produtivas do estado. Nesse período, a produção cafeeira brasileira, e conseqüentemente mineira, passava por uma grande crise, fazendo com que setores econômicos e políticos, realizassem o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (I CAIC), no ano de 1903, na nova capital.

Nesse período, construiu-se uma agenda no estado com políticas de diversificação e modernização da atividade agrícola, e posteriormente, estruturou-se um modelo de desenvolvimento regional pautado no desenvolvimento industrial e agropecuário, dando ênfase ao projeto de siderurgia regional para resolução do problema energético do estado (BARBOSA, 2012, p.16). Em um novo rumo da economia estadual, a região do leste mineiro ganhou destaque, visto que, a produção cafeeira passou a financiar a industrialização nacional, que posteriormente tomaria o lugar do café como principal atividade econômica do país. A região rica em minério de ferro se tornou uma das mais influentes dentro da política mineira no período entre 1890 e 1933, juntamente com a região da Zona da Mata e do Sul de Minas, o que lhe conferiu prestígio quanto aos investimentos governamentais, assim como para as outras regiões influentes politicamente.

2.4 Economia Mineira e Indústria no século XX.

Nas primeiras décadas do século XX, o investimento na indústria metalúrgica foi soberano à outros setores da economia. Engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto lideraram as discussões políticas e conduziram a exploração das jazidas de minério de ferro no estado, que no caso apresentavam quantidades e qualidades maiores do que o minério encontrado em outros estados do Brasil. Com a pauta econômica voltada para os objetivos do I CAIC, e o alto investimento no setor mineral, houve uma espécie de corrida às jazidas brasileiras de minério, fazendo com que investidores estrangeiros iniciassem aquisições em massas de jazidas (PELAEZ *apud* BARBOSA, 2012, p.97). Com essas condições econômicas, e sua posição estratégica em função da estrada de ferro Vitória-Minas⁶, a região do Vale do Rio Doce, que antes apresentava um nível baixo de desenvolvimento, conseguiu níveis maiores, sendo o principal destino dos investimentos nacionais e internacionais.

O discurso predominante em Minas Gerais, durante toda primeira metade do século XX, era o de atraso relativo do estado se comparado com São Paulo. Nas primeiras décadas, buscou-se a diversificação

⁶ Facilitou o transporte do minério de ferro para exportação, que ia do Leste de Minas para os portos de Vitória-ES

da pauta de exportação do estado, até então dependente do café, com o objetivo de alavancar a economia mineira. Segundo Barbosa (2012, p.113), dados de 1923 mostravam que a divisão da produção total da indústria mineira se concentravam nas regiões da Zona da Mata, com 27,9% das atividades, no sul do estado com 15,9%, e na região siderúrgica com 17,6%.

A partir da década de 30, a região central ganhou força com a ascensão da indústria minero-siderúrgica, e com a ideia de diversificação industrial, criando em 1941, a Cidade Industrial de Contagem, com o propósito de diversificar a industrialização do estado e se desatrelar da siderurgia. No período entre 1930 a 1960, o estado de Minas Gerais observou um grande crescimento brasileiro, pautado em uma agenda desenvolvimentista e de incentivo à indústria nacional. Contudo, a ausência de um planejamento central na condução da industrialização e o esgotamento da política de substituição de importações no começo da década de 50, gerou desequilíbrios regionais dentro do país, criando uma polarização entre o estado de São Paulo e o restante dos estados como complementares à sua economia.

Na década de 50, com o projeto nacional de Juscelino Kubitschek, observou-se um avanço considerável nas carências da infraestrutura em diversas regiões do estado, concretizando-se primeiramente o Plano de Eletrificação de Minas Gerais, que posteriormente deu origem às Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), sendo em 1952 a primeira empresa de capital misto brasileira (GODOY *et al* 2008, p.15).

Desse modo, na década de 60, deu-se continuidade a um projeto de planejamento desenvolvimentista para Minas Gerais, buscando conhecer os limites do estado, e recuperar o, ainda grande, atraso relativo quanto à economia paulista. Em 1962 se tem a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que em 1968 lança o *Diagnóstico da Economia Mineira*, sendo esse o primeiro estudo detalhado da economia do estado, com perspectiva histórica e comparativa, que buscava enfatizar a questão do empobrecimento relativo do estado, sua desigualdade regional e nortear um planejamento desenvolvimentista para o estado (DUARTE FILHO, 2006, p.60).

O *Diagnóstico* se mostrou como um marco no desenvolvimento regional de Minas. Com base na análise feita por Godoy (2008), podemos notar as características da infraestrutura mineira, através da questão elétrica, dos transportes e da indústria do estado. As ferrovias mineiras no período eram resultado de uma construção sem planejamento, desordenada e que funcionava como obstáculo ao desenvolvimento econômico, principalmente pelo fato de não integrar as regiões do estado. O estudo mostrou que devido a rede ferroviária existente, o parque industrial montado nas proximidades de Belo

Horizonte não se integrava com as demais regiões do estado no sentido de favorecer as trocas comerciais, destinando quase toda produção para o mercado externo.

Sendo assim, as rodovias se tornaram um alento ao estado, superando um obstáculo pertinente no início do século XX ao permitir trocas internas e facilitar a interação com outros estados. O estudo ainda mostrou que a eletrificação do estado não foi por total voltada para os interesses internos, o que também limitou o processo de desenvolvimento regional. Em 1966, 47% da energia produzida no estado era exportada para São Paulo ou para o antigo estado da Guanabara, enquanto algumas regiões mineiras, com potencial de industrialização, não conseguiam se desenvolver por falta de eletricidade.

Em fins dos anos de 1950, no governo de JK, Celso Furtado chefiou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GDTN)⁷, criando a *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE) que visava fornecer condições para que a região implacasse um processo de desenvolvimento. Nesse processo foram incluídas as regiões do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha e Mucurí, que até então, não tinham sido contempladas com o crescimento econômico do estado em décadas passadas. A inclusão dessas regiões na área de atuação da SUDENE, possibilitou o acesso não somente a incentivos fiscais, mas, também, à políticas, programas e benefícios do governo federal.

O impacto da SUDENE na região mineira ocorreu de maneira distinta entre as regiões. Primeiramente, em 1960, houve uma série de investimentos de transporte e energia na região que acompanhou a melhora na infraestrutura de outras regiões do estado, e possibilitou o acoplamento da região à dinâmica irradiada do centro-sul mineiro. Já nos anos de 1970 e 1980 ocorreu a implementação de projetos privados que responderam aos incentivos fiscais e creditícios e a dotação de infraestrutura (LACERDA, 2016 p.18). Contudo, o desenvolvimento da região foi concentrado, sendo que algumas cidades longe dos polos industriais não conseguiram iniciar um processo de desenvolvimento alimentado pela integração com outras regiões, principalmente pelo fato de fazer divisa territorial com estados em situações de pobreza e desenvolvimento semelhantes.

A SUDENE entendia que mediante os efeitos multiplicadores advindos do estímulo ao crescimento da atividade industrial implementada no Norte do estado, promoveria o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. A tentativa de desenvolvimento dessa região ocorreu em um momento tardio ao relacionarmos às demais regiões do estado, onde o clima semiárido, baixa produtividade do solo, áreas

⁷ O grupo criou um documento intitulado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, que apresentava os problemas enfrentados pela região, tanto de natureza econômica quanto climática – em virtude das secas periódicas –, assim como as possíveis soluções.

de desertificação, baixo mercado consumidor, fizeram com que os níveis de investimento na região fossem inferiores ao restante do estado.

Com isso, o resultado destas políticas de desenvolvimento orientadas quase que exclusivamente para a industrialização, foi a pouca atenção dada para o desenvolvimento social em suprir as reais carências da região, podendo ter sido ponto fundamental para o ineficiente processo de desenvolvimento observado. Isso, porque, seu modelo de ação baseava-se em uma implementação de política *top down*, que seria implementada de cima para baixo, o que, na tradição personalista e patrimonialista do estado Brasileiro, convinha, especialmente, a privilégios e barganhas da minoria mais abastada (NEY, PESSÔA, 2012, p.71).

Ainda na década de 50, as regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba tiveram grande impulso em seu processo de desenvolvimento, principalmente pela influência paulista no seu processo de formação socioeconômica durante o século XX. Como visto anteriormente, os viajantes do século XVIII constataram na região uma presença mínima de atividades econômicas, apresentando um baixo grau de desenvolvimento, com exceção à região de Araxá. É possível notar que essa região, até certo momento, não experimentara em sua área territorial o desenvolvimento de uma atividade de grande relevância econômica, com identidade histórica bem definida e capaz de autodeterminar a dinâmica ulterior do seu sistema produtivo (GUIMARÃES, 2010, p.32), diferente do que foi visto nas regiões produtoras de café e metalurgia do estado.

Contudo, assim como para a região Norte, o período do governo de JK representou um marco decisivo para a economia do triângulo, principalmente com a construção de Brasília, que fez com que o território do Triângulo Mineiro se localizasse estrategicamente entre a principal região econômica do país – São Paulo – e a capital – Brasília (GUIMARÃES, 2010, p.121). O desempenho econômico do triângulo passou a ganhar destaque, pois, sua proximidade com os centros industriais no Centro-sul do país e com a capital nacional no Centro-oeste, gerou estímulos de mercados oriundos do desenvolvimento industrial em São Paulo, da expansão ferroviária e rodoviária. A agropecuária tornou-se, então, a maior atividade econômica da região, transformando o triângulo mineiro uma das principais fornecedoras de alimento para a capital nacional, e para outras importantes regiões do país, e posteriormente, para o mercado externo.

Dessa forma, a economia mineira ganhou um novo formato a partir da segunda metade do século XX, avançando na modernização e diversificação da sua estrutura produtiva, e reduzindo sua dependência da exploração de seus recursos naturais. As melhoras na infraestrutura estadual, nos transportes, na

questão energética, entre outros, fizeram com que a ideia política de recuperar o atraso relativo em comparação ao Rio de Janeiro e, principalmente, a São Paulo se tornasse possível para o estado. A partir da década de 70, a América Latina, e em especial o Brasil, passou por uma reconfiguração em suas estruturas industriais, fazendo um movimento de desconcentração industrial que gerou um intenso processo de crescimento industrial no país, com o emprego industrial subindo de 2,7 para 5 milhões em apenas uma década.

Essa transformação na principal atividade econômica brasileira fez-se por um conjunto de variáveis que auxiliaram nessa transição da indústria nacional, como: o aumento dos custos nas cidades e nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, o desenvolvimento da infraestrutura e a criação de economias de urbanização em outras regiões e estados, os investimentos produtivos direto e incentivos fiscais regionais por parte das políticas econômicas, e o papel dos recursos naturais, por meio do impacto das fronteiras agrícola e mineral (DINIZ, CROCCO, 1996,p.80), tendo essa, uma influência direta em algumas regiões do estado de Minas Gerais.

Segundo Diniz (1993a p,53), nos anos 80 já era possível notar as transformações na organização geográfica da indústria nacional em consequência da sua desconcentração, principalmente com o surgimento de uma região industrial, que segundo ele, remete a um polígono, indo da Região Central de Minas Gerais ao Nordeste do Rio Grande do Sul, sendo responsável por mais de 70% das áreas industriais com mais de 10.000 pessoas empregadas no Brasil, e responsável também por mais de 75% do emprego industrial do país.

Nesse processo de desconcentração industrial, as mudanças no estado de Minas Gerais ganharam duas faces diferentes. Por um lado o estado sofreu importantes alterações e avanços em sua composição industrial, visto que, a indústria mineira mais que dobrou seu pessoal ocupado, subindo 132% no período, fortaleceu sua base produtiva, incorporando-se novos bens de capital e de consumo duráveis de diferentes produtos intermediários, e impulsionou a economia de regiões que até então não participavam da produção industrial do estado. Contudo, por outro lado, essa expansão industrial não chegou a todas as regiões do estado, adquirindo assim uma organização industrial concentrada, realimentando a estrutura desigual das atividades econômicas no espaço mineiro.

Apesar das cidades do Triângulo (Uberaba, Uberlândia, Araguari, Patrocínio), do Sul (Pouso Alegre, Três Corações, São Lourenço), e de parte do Norte (Montes Claros, Pedra Azul, Pirapora) terem obtido um desenvolvimento industrial no fim do século XX, o esforço para industrializar outras regiões foi abaixo do necessário para desconcentrar as atividades econômicas do estado. Com a criação da Cidade Industrial

em Contagem na década de 50, a região Central já havia adquirido um corpo industrial e assumido a liderança na produção industrial mineira, principalmente com a construção da malha rodoviária do estado. Porém, com o período de industrialização, a região fortaleceu ainda mais seu posto de liderança na produção industrial, ao ser construído importantes aglomerações industriais em cidades próximas a Belo Horizonte, como Divinópolis, Sete Lagoas e Janaúba (Figueiredo; Diniz, 2000).

Em um estudo feito por Figueiredo e Diniz (2000) sobre a distribuição regional da indústria mineira nas últimas décadas do século XX, é possível observar que as disparidades presentes entre as regiões do estado se consolidaram desde o período colonial, e se acentuaram com a industrialização. A partir da distribuição do pessoal ocupado na indústria e da participação relativa das microrregiões no Produto Interno Bruto da indústria mineira, os autores separaram 61 microrregiões em 5 grupos: *microrregiões em depressão*, *microrregiões estagnadas ou de lento crescimento*, *microrregiões de crescimento moderado*, *microrregiões de rápido crescimento* e *microrregiões de acelerado crescimento*. Observa-se que na faixa leste do estado predominam as microrregiões em depressão, estagnadas ou de lento crescimento, e nas regiões Central, Sul, e Triângulo predominam as que tiveram crescimento acelerado.

Entre as *microrregiões em depressão* e as *microrregiões de lento crescimento*, 20 das 23 se encontram nas regiões da Mata, Rio Doce e Nordeste (Mucuri e Jequitinhonha), sendo essas regiões de pouco dinamismo econômico e com indústrias voltadas para os mercados regionais. As microrregiões de Passos, Itabira e Governador Valadares apresentaram-se como *estagnadas*, muito em função da queda na produtividade da indústria e do declínio na taxa de investimento nos anos 80. Dentre as *microrregiões de crescimento moderado*, as maiores são as de Varginha, Poços de Caldas, Pará de Minas e Machado, que se caracterizaram por um intenso crescimento com indústrias de alumínio, siderúrgica e laticínios, mas, que a partir de 1980 sofreram uma queda na participação total, diminuindo o crescimento das microrregiões em relação ao restante das regiões.

As regiões Central, Sul e Triângulo foram as que mais cresceram no período industrial mineiro, compondo quase todo o grupo de *microrregiões de rápido e acelerado crescimento*, com exceção de algumas cidades do Norte e Ubá, na Zona da Mata. Os principais fatores que impulsionaram essas regiões foram os incentivos da SUDENE para região Norte, que permitiram a criação de uma importante aglomeração industrial, ainda que, com fracas articulações regionais; o crescimento da agroindústria e a penetração industrial no sentido do oeste paulista para o Triângulo; a boa infraestrutura urbana e a proximidade à Área Metropolitana de São Paulo para a região Sul, além de sua posição estratégica em relação a Belo Horizonte e Rio de Janeiro; e a região Central, pela proximidade com Belo Horizonte, a

disponibilidade de matéria prima para indústria siderúrgica e sua posição estratégica favorecida pela malha ferroviária.

Mesmo com uma retração e estagnação do crescimento econômico no Brasil e em Minas Gerais na década de 1980, a estrutura produtiva da indústria mineira se manteve diversificada, modernizada, porém concentrada. No fim da década de 1990 e na primeira década dos anos 2000, o estado manteve sua estrutura produtiva baseada na indústria, com fortalecimento de algumas regiões beneficiadas pela integração comercial e financeira do país no início do século XXI.

Dessa forma, a abertura econômica nacional favoreceu o desempenho da indústria mineira, principalmente pela criação do Mercosul, fazendo com que já na década de 1990 o estado se tornasse o segundo maior exportador do país com 15,3% das exportações nacionais, atrás apenas do estado de São Paulo que possuía 34,7% do total brasileiro. Entre 2000 e 2009 a economia mineira aumentou sua inserção externa, triplicando o valor das exportações e importações estaduais, observando uma taxa de crescimento anual de 13% em média (LIBÂNIO, 2010, p.34).

Após 2010, como consequência de uma crise internacional, a atividade industrial de Minas diminuiu, visto que, grande parte da sua produção era destinada à exportação, principalmente à indústria de produtos intermediários e das *commodities*. É importante ressaltar que nesse período, as disparidades regionais observadas a partir da década de 1970 mantiveram-se quase que inalteradas, havendo um crescimento ainda maior das regiões do Triângulo, do Sul e do Centro, impulsionado pelo *boom de commodities* que houve no país durante a segunda metade dos anos 2000. Além disso, a crise da última década pouco alterou a estrutura regional da indústria mineira, mantendo uma grande discrepância na produção e na renda das diferentes regiões do estado.

3. O CENÁRIO SOCIOECONÔMICO DAS REGIÕES MINEIRAS

Visto o resgate histórico de formação do espaço econômico mineiro, observa-se como as atividades econômicas foram responsáveis pela estrutura regional de Minas Gerais. Uma primeira análise a ser feita, compete à concentração das atividades econômicas em regiões já detentoras de um certo progresso em razão da produção cafeeira. Como visto, essas regiões (Sul, Sudoeste e Zona da Mata) além da produção cafeeira, organizaram entre as economias regionais a produção de matérias primas para os países centrais, atraindo investimento e infraestrutura para a regiões que já possuíam uma certa dotação de fatores necessários ao desenvolvimento. Esse fenômeno é observado na literatura (MYRDAL,1957; HIRSCHMAN,1977), e se dá pela existência de forças que exercem efeitos de fluência e polarização em um dado espaço, gerando um círculo cumulativo em certas regiões.

“Uma vez que as forças de atração favorecem uma região em detrimento de outra, estabelece-se um processo de concentração de fatores e de produção de bens no espaço [...] a escala de produção aglomerada, ao nível do território, é o fator-chave desta dinâmica, pois cria e reproduz retornos crescentes localizados, o que estabelece uma retroalimentação interna entre oferta-demanda ampliada e cumulativa, via expansão de demanda por fatores, expansão da produção e expansão da demanda intermediária e final de bens.” (LEMOS, 2006 p.174)

Apesar de sua importância econômica, a produção cafeeira foi um insumo para a desigualdade regional do estado, na qual, além dos benefícios gerado pela atividade, as lideranças oligárquicas favoreciam a concentração da atividade econômica por meio de influências políticas, não permitindo nenhum tipo de expansão regional do excedente da produção que pudesse gerar externalidades em outras áreas do estado. O fim da produção cafeeira, a criação de uma nova capital estadual, a Revolução de 30 e a ascensão de novas teorias econômicas, transformaram a ordem da economia mineira, modificando as estruturas de algumas regiões e gerando uma mudança nos centros dinâmicos do estado.

Somente no século XX observa-se algumas políticas fundamentadas no planejamento regional. Com maior participação do Estado, a política desenvolvimentista de Vargas se estendeu pelas antigas regiões produtoras de café e pelas regiões central e leste do estado, porém, de forma concentrada. Apesar de uma melhora na infraestrutura nacional e estadual, as políticas do período Varguista não foram eficientes para a desconcentração e integração regional.

Somente na década de 1950 que o estado conseguiu uma dispersão maior das atividades econômicas em seu espaço territorial. Sob a égide de teorias desenvolvimentistas, o Brasil contou com inúmeros projetos de planejamento regional, com aplicabilidade direta em regiões depressivas, o que modificou parte da estrutura desigual do estado. As regiões do Norte e Triângulo mineiro conseguiram promover uma atividade econômica que fizesse parte da composição estadual, atraindo capital e mão de obra para a região. Nos anos de 1970, além da desconcentração da indústria nacional, o estado passou a usufruir da melhoria feita em sua infraestrutura, especialmente com energia elétrica e transportes, e também das políticas de incentivos da SUDENE, fazendo com que o crescimento industrial tivesse condições estruturais e financeiras para se expandir entre as regiões do estado, servindo de suporte para a implementação da agroindústria e de outras indústrias leves.

Nas últimas décadas do século XX, já com uma indústria dividida regionalmente, se tem uma reconcentração industrial no estado. Esse período é marcado pelo desuso do planejamento regional na adoção de políticas públicas, além de um esquecimento das escalas e do espaço como um ambiente conflituoso, o que se cria uma crise de “padrão de sociabilidade” (BRANDÃO, 2007). A modernização capitalista no período reconfigurou a dinâmica do capital no espaço mineiro, desencadeando processos de migração de mão de obra e capital, e uma forte urbanização.

A existência de uma migração seletiva da mão de obra e do capital em direção às regiões ricas, retomam o pensamento de Myrdal (1957), e evidenciam o fortalecimento dos fatores econômicos, por meio, no qual, o processo cumulativo se desenvolve, com efeitos positivos nas regiões ricas e negativos nas regiões pobres. A inércia do Estado caracterizou o agravamento desse sistema que com o tempo crescia e se concentrava. A ausência de um planejamento voltado para escalas regionais, configurou-se uma ação estatal seletiva, bastante vertical com as regiões e populações pobres, enquanto haviam ações de proteção e valorização de regiões ricas.

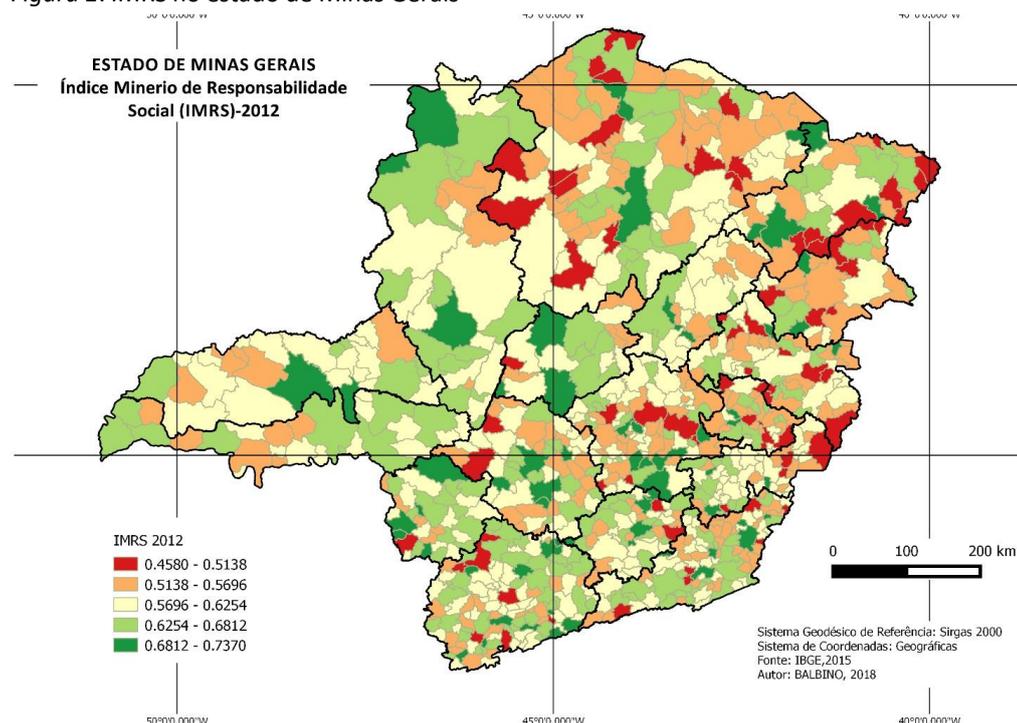
As modificações regionais observadas no ponto mais pobre do estado, o Vale do Jequitinhonha, ganharam corpo somente no século XXI, com políticas sociais e de integração regional, que incluíram as populações subalternas nas agendas de políticas públicas. Ainda com a ausência de uma teoria que embasasse uma política de planejamento e desenvolvimento regional, as políticas assistencialistas não foram suficientes para quebrar o ciclo presente em direção às regiões ricas e com maior nível de desenvolvimento. As mudanças vistas não somente nessa região, mas também no Noroeste e Norte de Minas, foram decisivas para a estrutura social e para a dinâmica econômica das regiões e do estado, mas não suficientes para que quebrassem o círculo vicioso e cumulativo ainda existente.

Analisa-se por meio da distribuição espacial dos diferentes níveis do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), o cenário socioeconômico do estado, sendo possível verificar as consequências de um desenvolvimento segmentado. Esse índice foi criado pela Fundação João Pinheiro com intuito de operacionalizar o conceito de responsabilidade social, retratando o grau de desenvolvimento dos municípios. A base de dados que compõem o indicador é construída por registros administrativos de periodicidade curta, permitindo assim a criação de séries anuais, e fazendo com que o IMRS seja considerado a melhor aproximação do atual cenário de Minas Gerais, no que diz respeito às questões sociais básicas. O IMRS se estrutura em um formato multidimensional, sendo uma média ponderada de dez dimensões: saúde, educação, segurança pública, assistência social, meio ambiente, saneamento/habitação, cultura, esporte/turismo/lazer, renda/emprego, e finanças municipais, no qual

são compostas por 59 indicadores, que segundo a instituição são os que melhores retratam o conceito de responsabilidade social.

A última série disponibilizada pela Fundação João Pinheiro foi do ano de 2012, no qual representa os dados do triênio 2011-2013, a partir dessa série, podem-se avaliar as condições de cada município do estado por meio do desempenho dos indicadores. Na *Figura 1* podemos ver a divisão dos indicadores no espaço territorial de Minas Gerais, sendo possível notar que as disparidades regionais observadas durante todo processo de formação do espaço mineiro, se reflete nos indicadores sociais do estado. Pelo mapa é possível notar que as cidades do Triângulo, Alto Paranaíba, Sul e Centro possuem melhores níveis em seus indicadores, ao passo que, a partir de uma porção nas regiões Noroeste e Centro, e se propagando pelo leste do estado, Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, nota-se uma queda nos níveis do indicador, significando um maior número de cidades com indicadores baixos, e tendo como causa fatores relacionados a um processo de formação econômica desigual e concentrado no estado.

Figura 1. IMRS no estado de Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IMRS

É importante ressaltar que algumas regiões do estado obtiveram uma significativa melhora nos indicadores durante os anos 2000, em virtude das políticas de transferência de renda, assistência básica, entre outras. Os programas instaurados pelo governo afetaram diretamente as dimensões do IMRS, pois destinaram um investimento mais alto às regiões mais vulneráveis do estado. Importantes

mudanças sociais e estruturais foram observadas no período, dando um primeiro passo para fazer com que populações e regiões periféricas se integrem na dinâmica econômica do estado.

O programa de transferência de renda *Bolsa Família*; o *Programa de erradicação do trabalho infantil (Peti)*, criado em 1996, mas que recebeu um maior investimento nos anos 2000; o *Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (EJA)*, foram de extrema importância para erradicação da pobreza e para avanços na área da educação de regiões pobres. Além disso, programas voltados para a melhora na infraestrutura dessas regiões também foram determinantes para que essas se tornassem mais atraentes aos investimentos, como é o caso do *Luz para todos*, instaurado em 2003 e executado pela CEMIG entre os anos de 2004 e 2011, no qual forneceu energia para um total de 285.913 domicílios na área rural do estado que ainda não tinham acesso.

Observa-se na análise que os municípios mais ao Norte e Nordeste do estado possuem os piores índices. Essas regiões foram as que menos apresentaram condições favoráveis para um processo de desenvolvimento, e, por isso, se encontram com os piores índices socioeconômicos. Dessa forma, várias condicionantes podem ser tratadas na análise da desigualdade do estado. Contudo é indispensável ressaltar as consequências da produção e da acumulação econômica, visto que, houve um direcionamento concentrado do desenvolvimento para as regiões que tiveram uma maior participação na produtividade econômica do estado em um determinado tempo histórico, principalmente pelo incentivo estatal voltado para tais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o tripé de sustentação da estrutura produtiva brasileira (monocultura, trabalho escravo e latifúndio) deu origem às assimetrias socioeconômicas intra e inter-regionais que a caracterizam ainda em tempos de globalização, seja esta globalização produtiva, financeira ou informacional. A especialização produtiva, baseada, sobretudo, na produção de *commodities* agrícolas de baixo conteúdo tecnológico, foi a musculatura que deu forma ao esqueleto de uma economia colonizada com fins exploratórios.

Uma nova configuração surge apenas no século XX quando se optou por um modelo de desenvolvimento voltado para dentro, materializado no Programa de Substituição de Importações (PSI), cujo propósito era alavancar a industrialização e tornar o crescimento econômico menos dependente do comércio exterior das *commodities* agrícolas. Denota-se ter havido um sucesso relativo em tal propósito. Contudo, não a ponto de causar mudanças estruturais expressivas, pois ainda que o PSI tenha dotado a

economia brasileira de uma infraestrutura que tornou, de fato, viável a industrialização, este processo ocorreu de forma concentrada na região que apresentava maior dinamismo (o Sudeste brasileiro).

Desse modo, percebe-se que os modelos de crescimento implementados no Brasil, sejam de cunho intervencionista ou liberal, não tiveram por objetivo minimizar as desigualdades estruturais que fazem parte da economia brasileira desde a sua formação, sendo o estado de Minas Gerais um exemplo do quanto às assimetrias e as desigualdades em termos socioeconômicos perpassaram o tempo. Mostrou-se pelo Índice Mineiro de Responsabilidade Social um grau significativamente variável de desenvolvimento econômico intraestadual. Sabe-se que a mineração tem sido ao longo do tempo uma atividade de grande peso na estrutura produtiva do estado e, conseqüentemente, na sua pauta de exportações.

É sabido, também, que concentrar a estrutura produtiva em poucos setores é o caminho a ser seguindo quando se opta pela especialização. Contudo, ainda que a especialização produtiva seja vista como viável do ponto de vista econômico, ela se apresenta, também, como um caminho não isento de riscos para outras esferas do desenvolvimento. Exemplo disso está sendo as conseqüências trazidas pelo maior desastre socioambiental que o país já experimentou: que foi o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana.

Os resultados desse desastre foram além das perdas econômicas atreladas ao emprego e renda geradas pela mineração e transbordaram de Minas Gerais para o restante do País. Em meio a um cenário pessimista de recuperação de curto e médio prazos do socioeconômico, do ambiental e até mesmo do cultural, deve-se indagar: que tipo de desenvolvimento se pode propor para Minas Gerais como agente representativo do Brasil? Seria a especialização, ainda um caminho único para solucionar os problemas estruturais da economia, doravante explicitamente atrelados a problemas de ordem ambiental e social?

A partir destes questionamentos, fica clara a necessidade de se fundamentar as possibilidades de desenvolvimento da economia brasileira/mineira sob a perspectiva de um pensamento intervencionista, progressista, mas além de tudo, social. Ir além do econômico e pensar o humano como o protagonista do desenvolvimento será, certamente, o caminho que fará da especialização um processo menos arriscado e da diversificação um complemento e/ou alternativa possivelmente harmônica das esferas que compõem o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Daniel Henrique. *Tecnocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da USP, 2012.

BRANDÃO, Carlos. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste*. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. 2ª edição, Recife, 1967.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Economia sul-mineira: O abastecimento interno e a expansão cafeeira(1870-1920)*. Juiz de Fora, Revista de História e Economia Regional Aplicada v.4, p.1-29, 2009.

CUNHA, Alexandre Mendes. *O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX*. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 57-70, jan./jun, 2009.

DINIZ, Clélio Campolina. *Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional*. Revista Nova Economia p.227-249 v.2. Belo Horizonte, 2009.

DINIZ, Clélio Campolina; FIGUEIREDO, Aline. *Distribuição Regional da Indústria Mineira*. Revista Nova Economia, v.10, n.2, Belo Horizonte, 2000.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. *Reestruturação econômica e impacto regional: O novo mapa da indústria brasileira*. Revista Nova Economia, v.6, n.1, Belo Horizonte, 1996.

DINIZ, Clélio Campolina. *Desenvolvimento poligonal no Brasil: Nem desconstrução, nem contínua polarização*. Nova Economia, v.3, n.1, Belo Horizonte, 1993.

DUARTE FILHO, Francisco Carvalho. *Reflexões sobre a Questão Regional em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Caderno BDMG, 2006.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios nas Minas setecentistas*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 77-108 jan.- jun, 2012.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

GODOY, Marcelo; BARBOSA, Daniel; BARBOSA, Lidiany. *Da arte de conhecer as doenças: O Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais*. Texto p/ discussão 347, UFMG, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e Desenvolvimento Econômico do Triângulo Mineiro: Integração Nacional e Consolidação Regional*. Uberlândia, Editora UFU, 2010.

HIRSCHMAN, Albert. *Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico*. Schwartzman, Jacques, org. Economia Regional, textos escolhidos, p.35-52. Cedeplar, Belo Horizonte, 1977

JÚNIOR PRADO, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1942.

LACERDA, Gabriel do Carmo. *A urbanização extensiva na área mineira da SUDENE*. Monografia apresentada ao curso de R.E.I, FACE/UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

LEMOS, Maurício Borges. *Espaço e capital: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia*. Tese(doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1988.

LIBÂNIO, Gilberto. *A inserção externa da economia mineira na década de 2000*. As muitas minas: ensaios sobre a economia mineira, Belo Horizonte, 2010.

NORTH, Douglas. *Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional*. Schwartzman, Jacques, org. Economia Regional, textos escolhidos, p.291-314. Cedeplar, Belo Horizonte, 1977

NURSKE, Ragnar. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Editora Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro. 1957.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

PESSÔA, Marcela de Oliveira; NEY, Marcelo Gomes. *Paradigmas do Desenvolvimento e o exemplo do Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas através do projeto de combate à pobreza rural no Vale do Jequitinhonha-MG*. Brasília, Inc.Soc.v.6,n.1, p.69-77, 2012.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1962.

ZIMBRÃO, Ricardo. *Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada. Vol.1, nº1, Jul/Dez, 2006.